

Alto Sertão Participações S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10

1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)	20
5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO).....	20
6. INVESTIMENTOS	20
7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	22
8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	23
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	23
10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)	24
11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO).....	25
12. OUTRAS CONTAS A PAGAR	25
13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)	26
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADA)	27
17. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)	28
18. RESULTADO FINANCEIRO	29
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
21. COBERTURA DE SEGUROS.....	33
22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	33
23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	34

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Alto Sertão Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Alto Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.141.173 mil, no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 372.380 mil, margem bruta negativa de R\$ 194.508 mil, e prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 1.226.187 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações dos resultados do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Alto Sertão Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 07 de outubro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2S P015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC – 1BA 022.650/O-0

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.355	85	-	-	Fornecedores	8	153.547	109.478	100	103
Tributos a recuperar	5	2.223	1.148	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	955.036	903.048	19.446	17.262
Despesas antecipadas		2.090	286	-	-	Tributos a recolher	10	15.107	11.977	-	-
Outros créditos		103	294	-	-	Contas a pagar - CCEE	11	19.723	18.136	-	-
Total do ativo circulante		<u>5.771</u>	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Outras contas a pagar	12	1.658	1.620	-	-
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		87	-	-	-	Fornecedores	8	-	9.009	-	-
Partes relacionadas	13	-	-	4.816	37.426	Contas a pagar - CCEE	11	-	522	-	-
Investimentos	6	-	-	200.579	402.536	Partes relacionadas	13	4.816	37.426	4.816	37.426
Imobilizado	7	<u>1.328.865</u>	<u>1.475.984</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	<u>1.930</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.328.952</u>	<u>1.475.984</u>	<u>205.395</u>	<u>439.962</u>	Total do passivo não circulante		<u>6.746</u>	<u>46.957</u>	<u>4.816</u>	<u>37.426</u>
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>1.334.723</u>	<u>1.477.797</u>	<u>205.395</u>	<u>439.962</u>			<u>1.334.723</u>	<u>1.477.797</u>	<u>205.395</u>	<u>439.962</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15	1.407.220	1.238.978	1.407.220	1.238.978
						Prejuízos acumulados		<u>(1.226.187)</u>	<u>(853.807)</u>	<u>(1.226.187)</u>	<u>(853.807)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>181.033</u>	<u>385.171</u>	<u>181.033</u>	<u>385.171</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADASDEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	16	-	5.225	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia	17	-	(6.811)	-	-
PREJUÍZO BRUTO		<u>-</u>	<u>(1.586)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(21.026)	(12.527)	-	(53)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7	(143.895)	(442.319)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(29.587)</u>	<u>36.466</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	17	<u>(194.508)</u>	<u>(418.380)</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(370.196)	(575.651)
Total		<u>(194.508)</u>	<u>(418.380)</u>	<u>(370.196)</u>	<u>(575.704)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(194.508)</u>	<u>(419.966)</u>	<u>(370.196)</u>	<u>(575.704)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		11	1.912	-	-
Despesas financeiras		<u>(177.883)</u>	<u>(154.401)</u>	<u>(2.184)</u>	<u>(2.692)</u>
Total	18	<u>(177.872)</u>	<u>(152.489)</u>	<u>(2.184)</u>	<u>(2.692)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(372.380)</u>	<u>(572.455)</u>	<u>(372.380)</u>	<u>(578.396)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	-	(5.941)	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(372.380)</u>	<u>(578.396)</u>	<u>(372.380)</u>	<u>(578.396)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	15.3			(0,29)	(0,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(372.380)	(578.396)	(372.380)	(578.396)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(372.380)</u>	<u>(578.396)</u>	<u>(372.380)</u>	<u>(578.396)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.065.592	-	(275.411)	790.181
Aumento de capital	15.2	282.485	(109.099)	-	173.386
Prejuízo do exercício		-	-	(578.396)	(578.396)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	15	<u>1.348.077</u>	<u>(109.099)</u>	<u>(853.807)</u>	<u>385.171</u>
Aumento de capital	15.2	168.242	-	-	168.242
Prejuízo do exercício		-	-	(372.380)	(372.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	15	<u>1.516.319</u>	<u>(109.099)</u>	<u>(1.226.187)</u>	<u>181.033</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(372.380)	(578.396)	(372.380)	(578.396)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	370.196	575.651
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7	143.895	442.319	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	-	251	-	-
Multa sobre ressarcimento	11.1	15.384	16.628	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.1, 18	111.988	87.898	2.184	2.691
Juros sobre contas a pagar		5.787	19.303	-	-
Perdão da dívida	17	(918)	(66.292)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Tributos a recuperar		(1.075)	101	-	-
Despesas antecipadas		(1.804)	(219)	-	-
Outros créditos		104	(224)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		36.583	(44.176)	(3)	54
Tributos a recolher		3.130	10.624	-	-
Outras contas a pagar		38	1.620	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	1.930	-	-	-
Pagamento multa sobre ressarcimento	11.1	(14.319)	(11.187)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(71.657)</u>	<u>(121.750)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	6.1, 22	-	-	(124.788)	(89.249)
Aquisição de imobilizado	7, 22	(3.168)	(6.835)	-	-
Pagamento de imobilizado adquirido em anos anteriores		-	(3.120)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(4.816)	(37.426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(3.168)</u>	<u>(9.955)</u>	<u>(129.604)</u>	<u>(126.675)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	15.2, 22	124.791	89.249	124.791	89.249
Pagamentos de empréstimos	9.1	(60.000)	-	-	-
Partes relacionadas		11.304	42.213	4.816	37.426
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>76.095</u>	<u>131.462</u>	<u>129.607</u>	<u>126.675</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.270</u>	<u>(243)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	85	328	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.355	85	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.270</u>	<u>(243)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão", "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 1º de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$372.380 (2017, R\$578.396) e possui prejuízos acumulados de R\$1.226.187 (2017, R\$853.807), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$19.547 (2017, R\$17.365) (Controladora) e R\$1.141.173 (2017, R\$1.043.856) (Consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos para conclusão da obra do Complexo Eólico Alto Sertão III (Fase A).

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção dos parques eólicos os quais encontram-se atrasados e ainda não finalizados; ii) durante o exercício as controladas reconheceram provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$ 143.895 (2017, 442.319), (nota 7); iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$177.872 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos e fornecedores, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, em 21 de março de 2019 o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, prevê a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para o qual a Renova Energia assinou em 9 de abril de 2019 o contrato de compra e venda de ações com a AES Tietê Energia S.A. ("AES") (nota 23.2).

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes controladas:

Eólico	Consolidação	31/12/2018 e 31/12/2017	
		Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A.	Integral	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99

A controlada Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina"), é sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica, e está sediada no Estado de São Paulo.

As demais companhias são sociedades de propósito específico, que tem como objeto social, implantar, operar, explorar bem como comercializar a energia elétrica proveniente de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia.

1.1. Das autorizações

1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

Companhias	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da portaria	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

<u>Companhias</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.2. Comercialização de energia:1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	143,11	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	154,68	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	151,41	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	140,94	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	142,00	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	141,47	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	144,19	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	142,57	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	143,59	set/15	ago/35	IPCA	setembro

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2013 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015, contudo os mesmos estão atrasados. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 11). Conforme mencionado anteriormente, esses parques fazem parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (Fase A), cuja alienação está sendo negociada com a AES, conforme nota 23.2.

1.2.2. Mercado Livre (ACL)

As demais controladas indiretas possuem contratos no mercado livre que totalizam 115,2 MW médio^(*) de energia contratada conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	100,2
Mercado livre III	Eólica	15,0
		<u>115,2</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora"), controlada direta da Renova e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. Como esses 14 parques ainda não estão em operação, a Renova Comercializadora está comprando energia no mercado para honrar os compromissos assumidos nos contratos.

A partir de 1º de julho de 2019, o PPA do Mercado Livre III foi transferido para a Engie, conforme negociação realizada pela Renova.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 07 de outubro de 2019.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e suas controladas.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 8);
- Empréstimo e financiamentos (nota 9);
- Contas a pagar – CCEE (nota 11); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão

disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma

avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas consideraram, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2018.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº 47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia e suas controladas concluíram, com base em seus critérios de classificação, reconhecimento e mensuração, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº 48 – Instrumentos financeiros

Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia e suas controladas avaliaram que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, exceto pela classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias elencadas pela norma.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas avaliaram os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com a CPC 6 (R2), optaram por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.

Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) para construção e/ou operação de instalações de geração de energia eólica (Parques Eólicos).

Foram identificados 214 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma, relacionados aos parques eólicos em construção. Para esses contratos, as controladas passarão a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos do Grupo Renova que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas esperam reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante entre R\$9.671 e R\$11.820.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 48: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 18 (R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima, porém não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- c) eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	19	16
Bancos conta movimento	1.336	69
Total	<u>1.355</u>	<u>85</u>

5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ a compensar	1.094	1.095
COFINS a recuperar	925	-
PIS a recuperar	201	-
Outros impostos a compensar	3	53
Total	<u>2.223</u>	<u>1.148</u>

6. INVESTIMENTOS

Dados da controlada:

	<u>Diamantina Eólica Participações S.A.</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>
31 de dezembro de 2018	1.334.723	1.134.144	200.579	(370.196)
31 de dezembro de 2017	1.477.797	1.075.261	402.536	(575.651)

6.1 Movimentação do investimento

<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2018</u>
805.265	172.922	(575.651)	402.536	168.239	(370.196)	200.579

7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2016	Adições	entre rubricas(*)	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas(*)	Saldos em 31/12/2018
Imobilizado em curso								
<u>Geração</u>								
A ratear	309.221	22.591	54	-	331.866	-	(1.059)	330.807
Terrenos	7.935	400	-	-	8.335	-	-	8.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	222.390	1.733	(3)	-	224.120	287	-	224.407
Torres de medição	2.650	37	-	-	2.687	-	-	2.687
Aerogeradores	806.254	25.599	456.697	(251)	1.288.299	56	(2.813)	1.285.542
Equipamentos de subestação	240.887	33.366	6.310	-	280.563	1.358	(2.440)	279.481
Adiantamentos a fornecedores	546.512	-	(546.356)	-	156	1.467	(80)	1.543
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(217.723)	(442.319)	-	-	(660.042)	(143.895)	-	(803.937)
Total do imobilizado	<u>1.918.126</u>	<u>(358.593)</u>	<u>(83.298)</u>	<u>(251)</u>	<u>1.475.984</u>	<u>(140.727)</u>	<u>(6.392)</u>	<u>1.328.865</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção dos parques eólicos.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com a implantação das usinas e juros capitalizados os quais foram alocados às respectivas subsidiárias através de aporte. Nos exercícios de 2018 e 2017 não houve juros capitalizados.

A Companhia e suas controladas procederam para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceram perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 143.895 (2017, R\$442.319) nos parques eólicos a qual foi registrada no resultado do exercício. As perdas relacionadas a esses ativos foram calculadas substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na proposta vinculante aceita em 21 de março de 2019 (nota 23.2).

7.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia e suas controladas estimam um custo aproximado de R\$53.424, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	153.547	109.478
Não circulante	-	9.009
Total	<u>153.547</u>	<u>118.487</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção dos parques eólicos. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante (2017), conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Custo da Dívida	Consolidado					
		31/12/2018			31/12/2017		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
BNDES - Ponte ^(a)							
Subcrédito "A"	TLP + 9% a.a.	2.015	169.026	171.041	1.242	199.341	200.583
Subcrédito "B"	TLP + 2,5% a.a.	5.799	499.921	505.720	1.666	458.812	460.478
Subcrédito "C"	TJ6 + 8,28% a.a.	1.571	257.258	258.829	60.762	163.963	224.725
Banco Modal ^(b)	100% CDI + 6%	4.446	15.000	19.446	2.262	15.000	17.262
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		<u>13.831</u>	<u>941.205</u>	<u>955.036</u>	<u>65.932</u>	<u>837.116</u>	<u>903.048</u>

	Custo da Dívida	Controladora					
		31/12/2018			31/12/2017		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Banco Modal ^(b)	100% CDI + 6%	4.446	15.000	19.446	2.262	15.000	17.262

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. Conforme aditivos do contrato, o empréstimo ponte deverá ser quitado em 15 de outubro de 2019 (vide nota 23.1).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Companhia, Diamantina e das controladas na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPes e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs).

b) Banco Modal (CCB)

Em 10 de novembro de 2015, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 20 de setembro de 2019 (vide nota 23.3), acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Renova Energia e a Diamantina Eólica como avalistas.

9.1. Movimentação

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	786.886	28.264	815.150	14.571	-	14.571
Encargos financeiros provisionados	-	87.898	87.898	-	2.691	2.691
Incorporação de encargos ao principal	50.230	(50.230)	-	429	(429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	837.116	65.932	903.048	15.000	2.262	17.262
Encargos financeiros provisionados	-	111.988	111.988	-	2.184	2.184
Incorporação de encargos ao principal	164.089	(164.089)	-	-	-	-
Amortização de financiamento	(60.000)	-	(60.000)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	941.205	13.831	955.036	15.000	4.446	19.446

10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a pagar	5.474	4.326
CSLL a pagar	2.041	1.615
COFINS a recolher	4.775	3.794
PIS a recolher	1.037	823
Tributos retidos de terceiros	1.271	1.384
Outros impostos a recolher	509	35
Total	15.107	11.977

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 incluem multa e juros de mora. Em junho de 2019, as controladas da Companhia incluíram saldos a pagar de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal para pagamento em 60 meses.

11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	19.723	18.136
Não Circulante	-	522
Total	<u>19.723</u>	<u>18.658</u>

Os contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorado a 106% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento contábil da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão do parque eólico. Os valores são determinados com base nos termos do CCEAR assinado entre as partes.

11.1 Movimentação

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
13.217	16.628	(11.187)	18.658	15.384	(14.319)	19.723

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de outras contas a pagar inclui, basicamente à penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento da outorga de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> ^(a)				
Diamantina Eólica Participações S.A.	4.816	37.426	-	-
Renova Energia S.A.	-	-	4.816	37.426
	<u>4.816</u>	<u>37.426</u>	<u>4.816</u>	<u>37.426</u>
	Consolidado			
	Passivo		Resultado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(a)	4.816	37.426	-	-
Rateio de despesa ^(b)	1.873	1.410	(6.193)	(4.787)
	<u>6.689</u>	<u>38.836</u>	<u>(6.193)</u>	<u>(4.787)</u>

- a) aportes realizados pela Companhia em sua controlada e recebido da sua controladora Renova Energia S.A..
- b) reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2018 as controladas constituíram provisão no montante de R\$1.930 para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

A Administração da Companhia e suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, considerando que grande parte do valor devido já foi reconhecida no contas a pagar da Companhia e suas controladas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.407.220 (2017, R\$ 1.238.978) e está representado por 1.516.209.031 (2017, 1.347.967.303) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

15.2 Aumento de capital

No exercício de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou dois aumentos de capital:

1. Em 30 de abril de 2018: aumento de capital no montante de R\$63.273, mediante a emissão de 63.272.997 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$59.770 e (ii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$3.503.
2. Em 3 de dezembro de 2018: aporte no valor de R\$104.969, mediante a emissão de 104.968.731 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$102.447 e (ii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$2.522.

Em 03 dezembro de 2018, a AGE, aprovou a rerratificação do Boletim de Subscrição objeto do anexo II da ata da AGE realizada em 8 de dezembro de 2017, para corrigir a forma de integralização do montante de R\$282.485, conforme segue: capitalização de (i) adiantamento para futuro aumento de capital detidos pela acionista da Companhia, no valor de R\$146.892; (ii) gastos registrados no ativo imobilizado da acionista Renova Energia no valor de R\$14.044; (iii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio

de despesas, no valor de R\$12.450; e (iv) crédito devido, via cessão, pela Renova Energia contra a Alstom Energias Renováveis Ltda., no valor de R\$109.099. Os itens i, ii e iii, no montante de R\$173.386 foram integralizados naquela data.

Em 21 de maio de 2019, a controladora Renova Energia S.A. integralizou o capital remanescente no montante de R\$109.099 com créditos detidos contra terceiros. Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou de R\$ 1.407.220 para R\$ 1.516.319, estando representado por 1.516.318.130 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

15.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(372.380)	(578.396)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>1.289.501</u>	<u>1.076.518</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,29)</u>	<u>(0,54)</u>

16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADA)

	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas	
Comercialização de energia elétrica	5.757
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)	<u>(532)</u>
Total	<u>5.225</u>

17. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços				
<u>Custo com compra de energia^(a)</u>	-	6.811	-	-
Despesas (receitas)				
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	5.589	4.718	-	-
Serviços de terceiros	6.772	1.802	1	59
Seguros	2.781	-	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ^(b)	1.789	1.620	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 14)	1.648	-	-	-
Viagens	971	189	-	-
Aluguéis e arrendamentos	436	313	-	-
Impostos e taxas	448	3.477	142	3
Telefonia e TI	318	252	-	-
Material de uso e consumo	273	103	62	33
	21.025	12.474	205	95
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 7)</u>	143.895	442.319	-	-
<u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>				
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão ^(c)	12.069	8.589	-	-
Multa sobre ressarcimento (nota 11)	15.384	16.628	-	-
Perdão de dívida com fornecedor ^(d)	(833)	(61.133)	-	-
Outras	2.967	(550)	-	-
	29.587	(36.466)	-	-
Total das despesas	194.507	418.327	205	95

a) Refere-se a: i) aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial; e ii) aquisição de energia através de exposição na CCEE, ambas realizadas pela controlada indireta Centrais Eólicas São Salvador S.A..

b) Refere-se a penalidade aplicada pela ANEEL em decorrência do atraso na execução do cronograma da obra dos parques eólicos (2018) e da solicitação de cancelamento da outorga da controlada Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (2017).

c) As controladas da Companhia passaram a reconhecer a Tust em agosto de 2017, conforme estabelecido em contrato.

d) Perdão de dívida concedido pela GE a determinadas controladas da Companhia, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, líquido de PIS e COFINS.

O aumento das despesas gerais e administrativas decorre basicamente da suspensão da capitalização de gastos diversos que em 2017 eram reconhecidos no ativo, da constituição da provisão para contingências cíveis no exercício e gastos com limpeza e segurança dos parques eólicos.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Atualização monetária	-	1.478	-	-
Descontos obtidos	-	434	-	-
Outras receitas financeiras	11	-	-	-
Total das receitas financeiras	11	1.912	-	-
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 9.1)	(111.988)	(87.898)	(2.184)	(2.691)
Juros sobre fornecedores e impostos	(24.752)	(38.889)	-	(1)
Fiança bancária*	(33.694)	(18.587)	-	-
Outras despesas financeiras	(7.449)	(9.027)	-	-
Total das despesas financeiras	(177.883)	(154.401)	(2.184)	(2.692)
Total	(177.872)	(152.489)	(2.184)	(2.692)

(*) Fiança decorrente de empréstimo ponte com o BNDES, conforme nota 9.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(372.380)	(572.455)	(372.380)	(578.396)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	126.609	194.635	126.609	196.655
<u>Adições permanentes</u>				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(125.867)	(195.721)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(51.164)	(149.314)	-	(18)
Prejuízo fiscal e base negativa	(75.445)	(39.380)	(742)	(916)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	5.941	-	-

A Controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e possui prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal do exercício	(2.184)	(2.693)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(3.168)	(476)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(5.352)	(3.168)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladoras mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de aplicações financeiras e fornecedores.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.355	85	1.355	85
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	153.547	109.478	153.547	109.478
Empréstimos e financiamentos	955.036	903.048	955.036	903.048
Partes relacionadas	1.873	1.410	1.873	1.410
Não circulante				
Fornecedores	-	9.009	-	9.009
Partes relacionadas	4.816	37.426	4.816	37.426
	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	4.816	37.426	4.816	37.426
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	100	103	100	103
Empréstimos e financiamentos	19.446	17.262	19.446	17.262
Não circulante				
Partes relacionadas	4.816	37.426	4.816	37.426

b) Categorias de instrumentos financeiros

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.355	-	85	-	-	-	-	-
Não circulante								
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	4.816	-	37.426
Passivos financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	153.547	-	109.478	-	100	-	103
Empréstimos e financiamentos	-	955.036	-	903.048	-	19.446	-	17.262
Partes relacionadas	-	1.873	-	1.410	-	-	-	-
Não circulante								
Fornecedores	-	-	-	9.009	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	4.816	-	37.426	-	4.816	-	37.426

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Diamantina, controlada da Companhia, apresentado na nota explicativa 9 possuem como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado à TLP, TJ6 e ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo análise de sensibilidade suplementar, realizada com base nas seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Banco Modal	19.446	19.446	19.446
Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	8,13%	9,75%
Perda anual no empréstimo com o Banco Modal	<u>(19)</u>	<u>(335)</u>	<u>(651)</u>
BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B"):	676.761	676.761	676.761
Taxa anual estimada da TLP para 2018	7,10%	8,88%	10,65%
Perda anual nos financiamentos com o BNDES	<u>-</u>	<u>(12.013)</u>	<u>(24.025)</u>
BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	258.829	258.829	258.829
Taxa considerando os cenários para TJ6	6,45%	8,06%	9,68%
Perda anual no financiamento com o BNDES	<u>-</u>	<u>(4.174)</u>	<u>(8.347)</u>

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na nota 9.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de pagamentos para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>
Fornecedores	153.447
Financiamentos - principal e encargos	935.590
Total	<u>1.089.037</u>

f) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida de empréstimos e financiamentos	955.036	903.048
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.355)</u>	<u>(85)</u>
Dívida líquida	953.681	902.963
Patrimônio líquido	181.033	385.171
Índice de alavancagem financeira - %	<u>526,80%</u>	<u>234,43%</u>

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios

às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

21. COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	21/10/2020
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 27.648	28/04/2014	31/01/2020
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2019
Risco de engenharia	R\$ 2.369.189	14/11/2014	01/12/2019

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	7	6.392	62.847	-	-
Aporte de capital com participação em investidas	6.1, 15.2	6.025	26.494	6.025	26.494
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	37.426	57.643	37.426	57.643
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado	6.1, 7	-	14.044	-	1.382
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	6.1	-	-	37.426	55.797

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 Prorrogação do empréstimo BNDES (ponte)

Em 15 de janeiro de 2019, a controlada Diamantina Eólica assinou o 10º aditivo ao contrato de financiamento celebrado com BNDES, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de abril de 2019. Também, parte do valor recebido no subcrédito "A" foi remanejada para o subcrédito "C" e a taxa do subcrédito "C" foi alterada de 8,28% a.a. para 8,15% a.a., mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

Em 15 de maio de 2019, a controlada assinou o 13º aditivo ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de julho de 2019.

Em 15 de julho de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento celebrado com a controlada direta Diamantina Eólica para 15 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente. Autorizou também a incorporação ao saldo devedor renegociado do montante de R\$2.487, devido a título de comissão de renegociação, mediante a criação do subcrédito "E", o qual será corrigido pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescido de remuneração de 8,5% a.a. com vencimento em 15 de agosto de 2019.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$ 12.000 da parcela da dívida nesta mesma data, de forma a adequar seu vencimento ao fechamento da transação de venda do Complexo Eólico AS III para a AES Tiete.

23.2 Negociação de venda da Companhia

Conforme divulgado em Fato Relevante, em 9 de abril de 2019, a Renova Energia assinou contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento à AES Energia Tietê S.A..

No entanto, durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação, notadamente: (i) modificações comerciais não previstas inicialmente nas tratativas de contratação de fornecedor para término das obras pela AES, (ii) atraso na aprovação do plano de transferência pelo órgão regulador e (iii) atraso na data de entrada em operação dos parques acordada entre as partes em função do atraso do fechamento da operação.

As partes estão empenhadas em ajustar e cumprir todas as condições suspensivas para que o fechamento da operação ocorra até outubro de 2019.

23.3 Prorrogação do empréstimo - Banco Modal

Em 31 de maio de 2019, a Companhia assinou o terceiro termo de aditamento à Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Modal S.A. para dentre outros assuntos alterar a data de vencimento da parcela única de amortização para 20 de setembro de 2019. Está sendo negociado entre as partes novo vencimento.

23.4 Contratação de Cédula de Crédito Bancário

Em 19 de julho de 2019 a controlada Diamantina Eólica contratou cédulas de crédito bancário junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020, com o objetivo de pagamento de parcela da dívida com o BNDES. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela parte relacionada Chipley e pela controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Cláudio Ribeiro da Silva Neto
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
